



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

PROCESSOS DE DESAFETAÇÃO OU REDUÇÃO DOS LIMITES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA

Maíra Silva Ribeiro¹

silvaribeiro.maira@gmail.com

(x) Apresentação Oral (GT)

() Exposição de Banner

GT pretendido: (Geo)Políticas do Meio Ambiente, Gestão de Recursos e Sustentabilidades

RESUMO

A Amazônia tem servido para aprofundar o modelo extrativista e neoextrativista dependente da flexibilização de direitos sociais e territoriais. Nesse contexto, esta pesquisa analisa os processos de desafetação ou redução dos limites de Unidades de Conservação em Rondônia, examinando suas implicações, os principais atores envolvidos, as matrizes produtivas associadas e os discursos legitimadores. O estudo qualitativo exploratório foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica e documental, e complementado pela análise de dados secundários. Os resultados indicam uma relação entre a expansão das fronteiras econômicas, os incrementos de desmatamento acumulado por ano e a reconfiguração espacial de Áreas Protegidas localizadas ao norte do estado. Observa-se que é nas frentes de expansão dos setores extrativistas e neoextrativistas que se acentuam a violência no campo e a devastação ambiental.

Palavras-chave: Extrativismo e neoextrativismo; Flexibilização da legislação ambiental; Territórios amazônicos; Áreas Protegidas; Devastação socioambiental.

INTRODUÇÃO

O avanço do desmatamento, acompanhado da recorrência de queimadas na região amazônica, evidencia as disputas e tensões em torno das Áreas Protegidas. Conforme argumentam Araújo e Vieira (2019), o desmatamento na Amazônia constitui um metabolismo particular do capitalismo brasileiro, sustentado por coalizões de interesse entre agentes econômicos e políticos, cujas dinâmicas culminam na fragilização de direitos.

Como observa Harvey (1995), as próprias localidades passam a oferecer vantagens locais, a qualquer custo. Nesse processo, intensificam-se, a nível local e regional, a mercantilização e a privatização da terra, a expulsão de comunidades tradicionais, a conversão de direitos de propriedade comunal em direitos privados e a flexibilização de leis e normas para atrair investimentos. O Estado configura como necessário o aumento de exportação de produtos primários padronizados destinados ao comércio exterior, impactando diretamente populações tradicionais e Áreas Protegidas.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia (PPGG) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongo2026@unir.br
[@vcongo2026](https://www.instagram.com/vcongo2026)
[vcongo2026.unir.br](https://www.facebook.com/vcongo2026.unir.br)
www.even3.com.br/vcongo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

A Amazônia tem servido para aprofundar o modelo extrativista e neoextrativista dependente da flexibilização de direitos sociais e territoriais. As estratégias mobilizadas por esses interesses buscam expandir seu domínio sobre amplas extensões de terra, por vezes atualizando-se nas esferas do Legislativo, do Executivo e do Judiciário, de modo a enfraquecer os dispositivos constitucionais que garantem os direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais e a integridade das Áreas Protegidas (Almeida, 2010).

À vista disso, esta pesquisa analisa os processos de desafetação ou redução dos limites de Unidades de Conservação no estado de Rondônia, examinando suas implicações e impactos socioambientais e ou territoriais, identificando ainda os principais atores envolvidos, as matrizes produtivas regionais e globais associadas e os discursos e ideologias que sustentam, justificam e legitimam tais processos.

METODOLOGIA

O estudo qualitativo, de caráter exploratório, foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica e documental, e complementado pela análise de dados secundários. Com o propósito de obter informações sobre o objeto de estudo, a pesquisa bibliográfica compreendeu o levantamento de referências teóricas publicadas em meios impressos e eletrônicos, enquanto a pesquisa documental se baseou na análise de fontes mais diversificadas, tais como bibliotecas virtuais, acervos *on-line*, arquivos de periódicos, documentos oficiais, informações jurídicas, e dados de jornais locais.

Para a elaboração do mapa, primeiramente considerou-se o recorte da área estudada e a escala. Optou-se pela utilização do *software* QGIS3, com dados secundários em formato *shapefile*, provenientes de diversas instituições oficiais. A etapa de tratamento dos dados envolveu procedimentos básicos de geoprocessamento, incluindo análises de imagens, recortes, classificação de dados vetoriais, edição cartográfica e importação e exportação de dados.

Por fim, também foi realizada análise estatística de dados oficiais divulgados pelo projeto PRODES, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, articulados aos dados das áreas de preservação disponibilizados pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, permitindo aprofundar a compreensão das dinâmicas territoriais investigadas.

ANÁLISE DE RESULTADOS

Na década de 1980, tornaram-se evidentes os impactos decorrentes da política de colonização promovida pelo Estado brasileiro, com apoio financeiro do Banco Mundial, no estado de Rondônia. A ocupação indiscriminada e o desmatamento incontrolado evidenciaram a necessidade de revisão das estratégias adotadas. Nesse contexto, foi formulado o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO), com o objetivo central de consolidar o Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico (ZSEE) como instrumento orientador da ocupação e do

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongeo2026@unir.br

[@vcongéo2026](https://www.instagram.com/vcongéo2026)

vcongeo2026.unir.br

www.even3.com.br/vcongéo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

uso dos recursos naturais do estado, conter o avanço do desmatamento e promover a recuperação de áreas já degradadas.

O Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico do estado de Rondônia foi primeiro instituído pelo Decreto Estadual nº 3.782/1988, sendo posteriormente retificado pela Lei Complementar nº 52/1991. A partir desse marco normativo, a primeira aproximação do ZSEE de Rondônia estabeleceu seis zonas, definidas com base em características regionais específicas, a saber: Zona 1, destinada à exploração agropecuária; Zona 2, voltada aos pequenos produtores; Zona 3, direcionada às populações ribeirinhas; Zona 4, destinada às atividades extrativistas sustentáveis; Zona 5, destinada ao manejo florestal; e Zona 6, destinada à conservação e preservação ambiental.

No início da década de 2000, a Lei Complementar nº 233/2000 instituiu a segunda aproximação do ZSEE de Rondônia, estabelecendo três zonas com suas respectivas subzonas. Assim, a Zona 1 foi destinada sobretudo às atividades agropecuárias e agroflorestais; a Zona 2 foi definida para a conservação dos recursos naturais, com possibilidade de uso condicionado ao manejo sustentável; e a Zona 3 passou a compreender as Unidades de Conservação e as Terras Indígenas.

Decorridos quase vinte anos da instituição da segunda aproximação do ZSEE de Rondônia, e após diversas alterações legislativas, o Zoneamento encaminha-se para sua terceira aproximação. Nesse contexto, recentemente, o Projeto de Lei Complementar nº 85/2020, vetado integralmente pelo Poder Executivo, tentou promover alterações significativas no ZSEE, expressando que esse instrumento tem se mostrado falho, vulnerável e pouco rigoroso.

A implantação do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico foi fundamental para a criação das Unidades de Conservação do estado de Rondônia. Ademais, a criação de diversas Áreas Protegidas do estado decorreu de um processo histórico de mobilização do movimento socioambiental, envolvendo Organizações Não Governamentais (ONGs) e órgãos públicos.

Apesar de serem essenciais na contenção do desmatamento ao estabelecerem normas para a apropriação e o uso dos recursos naturais, as Unidades de Conservação, sobretudo aquelas localizadas ao norte do estado de Rondônia, têm sido constantemente ameaçadas e pressionadas por grupos interessados na obtenção do lucro gerado pela expansão do extrativismo/neoextrativismo predatório, conforme evidenciam os dados recentes do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

📅 26 a 31/05/2026
📍 Porto Velho-RO
✉ vcongo2026@unir.br
📱 @vcongo2026
🌐 vcongo2026.unir.br
🔗 www.even3.com.br/vcongo-638599/

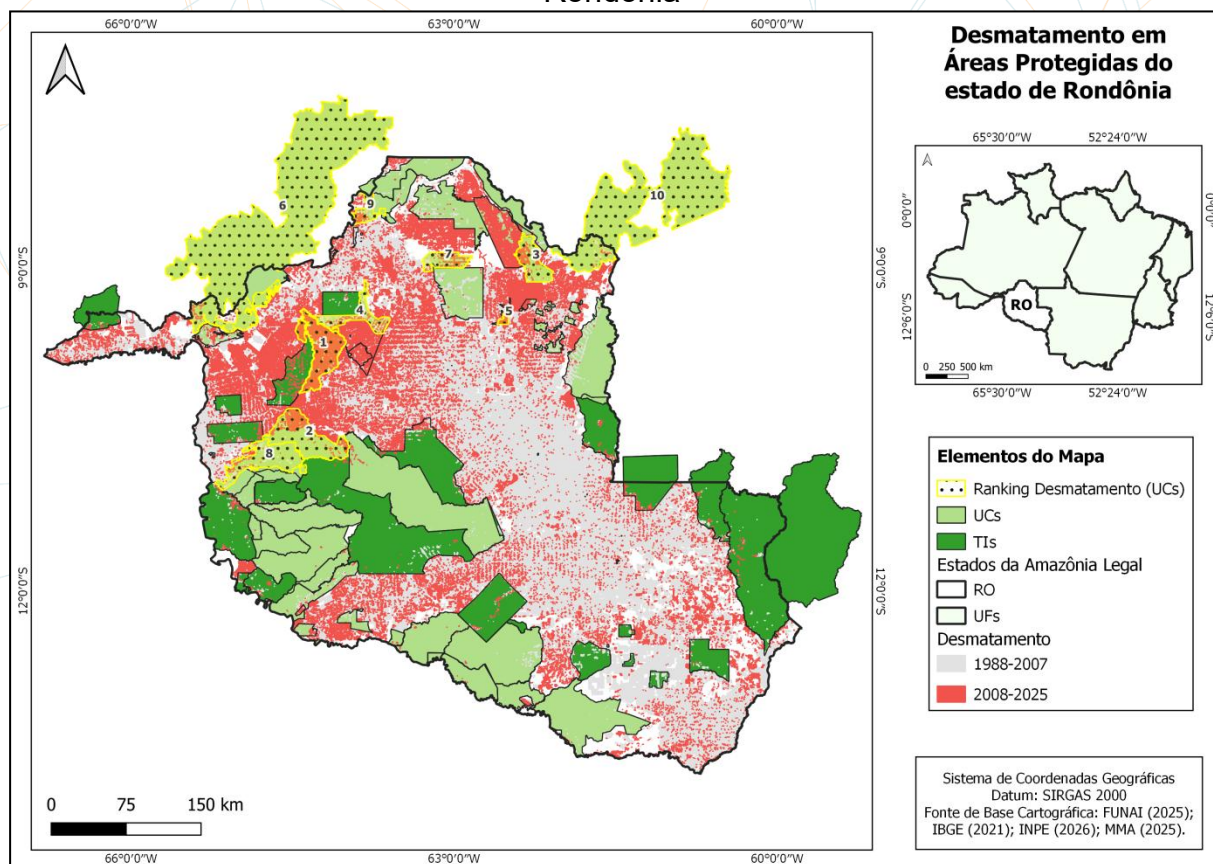


V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

Figura 1 – Pressões territoriais e ameaças às Áreas Protegidas no estado de Rondônia



Fonte: Elaboração própria. Base de dados da FUNAI (2025), do IBGE (2021), do INPE (2026) e do MMA (2025). Cartografia criada com o QGIS.

Quadro 1 – Ranking de Unidades de Conservação com mais desmatamento em Rondônia

Ranking	Nome da UC	Esfera	Ano de Criação	Ano do Ato Legal Mais Recente	Incrementos de Desmatamento Acumulado Por Ano (2008-2025)
1º	RESEX Jaci-Paraná	Estadual	1996	2011*	1.120,37 km ²
2º	PES de Guajará-Mirim	Estadual	1990	2002*	234,54 km ²
3º	RESEX Rio Preto-Jacundá	Estadual	1996	1996	126,52 km ²
4º	FLONA do Bom Futuro	Federal	1988	2010	69,56 km ²
5º	FERS Mutum	Estadual	1996	1996	67,5 km ²
6º	PARNA Matinguari	Federal	2008	2012	65,13 km ²
7º	ESEC de Samuel	Estadual	1989	1997	45,94 km ²

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongeo2026@unir.br

@vcongeo2026

vcongeo2026.unir.br

www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

8º	RESEX do Rio Ouro Preto	Federal	1990	2024	36,02 km²
9º	FERS do Rio Madeira (B)	Estadual	1996	1996	34,97 km²
10º	PARNA dos Campos Amazônicos	Federal	2006	2012	32,09 km²

*Houve tentativa recente de alteração dos limites dessas Unidades de Conservação por meio da Lei Complementar Estadual nº 1.089, de 20 de maio de 2021, posteriormente declarada parcialmente inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2023.

Fonte: Elaboração própria, com base nas normas da ABNT, 2025. Base de dados do INPE (2026) e do MMA (2025).

Com base nos dados apresentados no Quadro 1 e na Figura 1, entre as dez Unidades de Conservação com maiores incrementos de desmatamento acumulado no período de 2008 a 2025, todas se localizam na porção norte do estado de Rondônia, sendo que cinco delas passaram por processos recentes de desafetação ou redução de seus limites.

Ressalta-se que os dados disponibilizados pelo INPE não contemplam algumas Unidades de Conservação instituídas mais recentemente, devido a longos processos judiciais que buscaram a revogação da criação dessas áreas. No entanto, nesse sentido, conforme observado na Figura 1, a Floresta Estadual Rio Pardo e a Área de Proteção Ambiental do Rio Pardo, adjacentes à Reserva Extrativista Jaci-Paraná (identificada pelo número 1 no mapa, liderando o ranking de Unidades de Conservação com mais desmatamento no estado), assim como a Estação Ecológica Soldado da Borracha, contígua à Reserva Extrativista Rio Preto-Jacundá (identificada pelo número 3), apresentam elevados e preocupantes índices de supressão da vegetação nativa.

No que se refere aos processos de desafetação ou redução dos limites das Unidades de Conservação, enquanto a Floresta Nacional do Bom Futuro teve sua área legalmente reduzida em cerca de dois terços nas últimas três décadas, após um histórico extenso de conflitos socioambientais decorrentes da ocupação desordenada do território; o Parque Nacional Matinguari e o Parque Nacional dos Campos Amazônicos tiveram seus limites alterados em função de interesses vinculados ao setor elétrico, notadamente à construção de usinas hidrelétricas.

Em período mais recente, a Lei Complementar Estadual nº 1.089, de 20 de maio de 2021, tentou alterar os limites da Reserva Extrativista Jaci Paraná, que perderia em torno de 88% de seu território, e do Parque Estadual de Guajará-Mirim, cuja área passaria de 216.567,6764 hectares, conforme estabelecido pela Lei Estadual nº 1.146/2002, para 166.034,71 hectares.

Embora a referida norma tenha sido posteriormente declarada parcialmente inconstitucional, incluindo os dispositivos relativos ao Parque Estadual e à Reserva Extrativista, esse processo ainda está em curso no estado de Rondônia. Nessa conjuntura, foi aprovada a Lei Complementar Estadual nº 1.274, de 28 de abril de 2025, com a finalidade de regularizar as ocupações ilegais na Reserva Extrativista

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongeo2026@unir.br

@vcongeo2026

vcongeo2026.unir.br

www.even3.com.br/vcongéo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

Jaci Paraná – e estão em andamento os desdobramentos relacionados à implementação ou não de tal medida –, ao passo que o Ministério Público Federal (MPF) tem requerido a federalização dessa Unidade de Conservação.

Simultaneamente, observa-se a intensificação das articulações políticas voltadas à atualização do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do estado de Rondônia (ZSEE-RO), ao mesmo tempo em que o tema da flexibilização da legislação ambiental também tem sido objeto de debate em âmbito nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em escala amazônica, o perfil produtivo extrativista e neoextrativista flexibiliza direitos territoriais e normas ambientais. A configuração do espaço em prol dos fluxos exportadores de *commodities* tem como premissa transformações de biomas e culturas entrelaçadas.

No norte do estado de Rondônia, no entorno das Áreas Protegidas, o espaço natural vem sendo gradualmente convertido para atividades agropecuárias. As Unidades de Conservação e as Terras Indígenas, que estão no centro das disputas e tensões territoriais, bem como as comunidades tradicionais e os povos que nelas residem, são ameaçados a partir da exploração ilegal de madeira e minérios, da criação ilegal de gado, das constantes invasões, de grandes empreendimentos e da abertura de estradas para o escoamento da produção. As flexibilizações regulatórias e a precariedade na fiscalização favorecem a exploração predatória dos recursos naturais.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela concessão da bolsa de mestrado, que possibilitou a realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. *In*: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; ACSELRAD, Henri et al. (orgs.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 101-143.

ARAÚJO, R.; VIEIRA, I. C. G. Desmatamento e as ideologias da expansão da fronteira agrícola: o caso das críticas ao sistema de monitoramento da floresta amazônica. **Sustentabilidade em debate**. v. 10, n. 3, 2019.

HARVEY, D. L'accumulation flexible par l'urbanisation: réflexions sur 'post-modernisme' dans la grande ville américaine. **Futur Antérieur**, v. 29, n. 3, pp. 121-145. 1995.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/